

PICUM TRIMESTRAL Julho - Setembro 2016

FRONTEIRAS

NAÇÕES UNIDAS

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

CUIDADOS DE SAÚDE

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

FRONTEIRAS

HUNGRIA / Primeiro-ministro pede a deportação de migrantes para ilhas fora da EU. Participação no referendo demasiado baixa para ser considerada válida

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, declarou a 22 de setembro de 2016 que os migrantes irregulares deviam ser mandados de volta para fora da UE. Sugeriu que fossem levados para as ilhas ou zonas costeiras do norte de África e declarou que deportá-los seria a única solução para lidar com o crescente número de chegada de migrantes e refugiados. O comentário surgiu no referendo húngaro sobre o plano de quotas para a deslocalização de refugiados e migrantes, a 2 de outubro. 98% dos que votaram, rejeitaram o plano da UE para admitir refugiados na Hungria. Contudo, apenas 40,4% do eleitorado tomou parte do referendo, não atingindo os 50% mínimos para validar o mesmo. No entanto, Viktor Orbán, anunciou que a Hungria resistiria ao plano de quotas. De acordo com relatórios, a Hungria deixou muitas das pessoas mais vulneráveis que pedem proteção retidas na fronteira. A Human Rights Watch (HRW) documentou 12 casos de violência contra migrantes e requerentes de asilo, incluindo crianças, que atravessaram a fronteira da Hungria irregularmente. Estes reportaram ter sido severamente agredidos pela polícia, exército ou grupos locais de vigilância húngaros. Da mesma forma, um relatório da Amnistia Internacional, intitulado “Stranded Hope, Hungary’s Sustained Attack on the Rights of Refugees and Migrants”, emitido em setembro de 2016, documenta a repressão do país sobre refugiados e migrantes. O relatório recomenda a anulação das alterações que criminalizam a entrada irregular e permitem a expulsão sumária de refugiados e migrantes e que a Comissão Europeia acabe com os procedimentos formais de violação contra a Hungria. O relatório está disponível [aqui](#).

Fonte: [Human Rights Watch](#) 20 de setembro de 2016; [BBC News](#) 14 de julho de 2016; [Politico](#) 22 de setembro de 2016; [The Guardian](#), 2 de outubro de 2016

MEDITERRÂNEO / Cerca de 300.500 chegadas, mais de 3.500 mortes no mar em 2016

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) anunciou que até 21 de setembro 300.450 migrantes e refugiados entraram na Europa pelo mar, em 2016, chegando majoritariamente à Grécia e Itália. De acordo com o Projeto de Migrantes Desaparecidos da OIM, as mortes no mar totalizaram 3.501 em 2016 durante o mesmo período. Isto significa um aumento em relação ao ano anterior que teve um total de 2.887 mortes registradas durante o mesmo período de tempo. De acordo com a organização Save the Children, pelo menos 600 crianças morreram entre janeiro e setembro de 2016 na tentativa de atravessar o Mediterrâneo.

Fontes: [International Organization for Migration Press release](#), 23 de setembro de 2016; [Save the Children News](#), 3 de outubro de 2016

NAÇÕES UNIDAS

ONU / Cimeira para Refugiados e Migrantes caracterizada por “esperança e ambiguidade”

A Assembleia Geral das Nações Unidas levou a cabo uma cimeira de alto nível a 19 de setembro de 2016, em Nova Iorque, para abordar as grandes movimentações de refugiados e migrantes, com o objetivo de desenvolver um diagrama para uma melhor resposta internacional ao fluxo de migrantes e refugiados. A cimeira reuniu chefes de estado e do governo, decisores políticos da EU, organizações e sociedade civil internacionais. Todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas adotaram unanimemente a declaração “[New York Declaration](#)”, uma série de compromissos para proteger direitos e partilhar responsabilidades numa escala global. Ao adotar a declaração, os Estados-membros comprometem-se a iniciar negociações que levam à adoção de um compromisso global para a migração segura, ordeira e regular em 2018 e a adotar um compromisso global para com os refugiados em 2018. Líderes da EU enfatizaram no fórum a necessidade de maior segurança nas fronteiras. O Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk [declarou](#) que a prioridade era “restaurar a ordem” nas fronteiras externas da EU. Theresa May, primeira-ministra do Reino Unido, pediu uma repressão global sobre a “migração descontrolada”, declarando que é direito e dever dos países controlar as suas fronteiras. A campanha End Immigration Detention of Children (Acabar com a Detenção da Imigração Infantil) [criticou](#) o parágrafo 33 da Declaração de Nova Iorque por autorizar a detenção de crianças como medida de último recurso, em conflito com a declaração do Comité da Nações Unidas para os Direitos das Crianças, em que a detenção constitui sempre uma violação dos seus direitos. Mais de 100 organizações civis publicaram em conjunto uma [declaração e um quadro de resultados](#) salientando preocupações com a falta de um compromisso claro na Declaração, bem como o recuo nos standards existentes de direitos humanos. Mais informação acerca da ação da sociedade civil, está disponível [aqui](#). A cimeira também tornou a Organização Internacional para as Migrações (OIM) numa “organização conexa” das Nações Unidas. Após a cimeira, o Relator Especial dos direitos humanos dos migrantes, François Crépeau, publicou uma [declaração conjunta](#) com outros especialistas dos direitos humanos da ONU, pedindo o desenvolvimento de um enquadramento baseado em direitos humanos para a migração aquando do desenvolvimento de pactos globais sobre refugiados e migrantes. Para mais informações sobre a cimeira, incluindo declarações, vídeos e galeria de imagens, clique [aqui](#).

Fontes: [UN News Centre](#), 19 de setembro de 2016; [International Business Times](#), 21 de setembro de 2016; [The Guardian](#), 20 de setembro de 2016; [International Organization for Migration](#) (IOM) 20 de setembro de 2016; [United Nations Press Release](#), 19 de setembro de 2016

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

EU / ESLOVÁQUIA / Nova declaração e roteiro visa travar a migração irregular. Líderes da EU mantêm-se divididos quanto à migração

Decisores políticos da EU e chefes de estado de todos os países membros da EU, à exceção do Reino Unido, encontraram-se em Bratislava, na Eslováquia, a 16 de setembro de 2016, para discutir o projeto europeu, desafios e futuro. A migração esteve entre as questões chave discutidas. Estados-membros da EU chegaram a acordo quanto à Declaração e Roteiro de Bratislava, que estabelece objetivos, desafios e medidas concretas para os abordar. Acerca da migração, os líderes da EU concordaram em reforçar as fronteiras externas da Europa e “nunca permitir” o retorno dos “fluxos descontrolados” de 2015, bem como “diminuir” os números

da migração irregular. Entre as medidas a serem tomadas, o roteiro visa a implementação da declaração UE-Turquia, a assistência imediata ao fortalecimento no controlo da fronteira da Bulgária com a Turquia, a continuação do apoio a outros Estados-membros da linha da frente, e cooperar e dialogar com países terceiros. Para ler a Declaração e Roteiro de Bratislava, clique [aqui](#). Depois do encontro em Bratislava, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, fez o seu discurso anual sobre Estado da União Europeia. O discurso intitulado “[Rumo a uma Europa melhor - uma Europa que protege, fortalece e defende](#)” referiu que a UE enfrenta uma crise existencial e que o Plano de Investimento para África e países vizinhos tem potencial para render 44 mil milhões de euros em investimentos e complementaria a ajuda ao desenvolvimento da UE e ajudaria a abordar uma das causas da migração.

Fontes: [Financial Times](#), 17 de setembro de 2016; [EU Observer](#), 20 de setembro de 2016

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

ALEMANHA / Ataques motivam novo debate sobre uma entrada mais restritiva de migrantes e refugiados

Uma série de ataques na Bavaria, na Alemanha, levou a um debate sobre o controlo de migrantes e refugiados que entram no país, apesar do facto de um dos atacantes ter nacionalidade alemã e de o alvo ter sido maioritariamente de origem estrangeira, e de dois atacantes terem histórico de doenças mentais. A 24 de julho de 2016, um sírio de 27 anos, que tinha uma ordem suspensa de deportação (‘Duldung’), suicidou-se e feriu 12 outras pessoas após fazer detonar uma bomba num festival de música em Ansbach, na Bavaria. O ataque aconteceu depois de um tiroteio, a 22 de julho, num centro comercial em Munique, por um alemão-iraniano de 18 anos, inspirado por Anders Breivik, um norueguês de ideologia de extrema direita que matou mais de 70 pessoas no mesmo dia em 2011. Do tiroteio resultaram 9 mortos e mais de 20 feridos, a maioria de origem estrangeira. Estes ataques foram precedidos por um ataque de machado e faca, uma semana antes, num comboio perto de Würzburg, na Bavaria, por um jovem afegão que foi alegadamente inspirado pelo Estado Islâmico (IS). A chanceler Angela Merkel do Partido Democrata Cristão (CDU) reiterou que a Alemanha continuaria a receber refugiados. Contudo, houve pedidos para restringir a legislação que permite a entrada de migrantes e refugiados no país. As maiores críticas à postura de Angela Merkel vieram de políticos do partido irmão do CDU na Bavaria, a União Social Cristã (CSU). O Presidente do Conselho Consultivo das Fundações Alemãs para a Integração e Migração (Sachverständigenrat deutscher Stiftungen für Integration und Migration), Haci Halil Uslucan, mostrou-se preocupado com o facto de que o debate não teria considerado de forma precisa as complexidades dos ataques e declarou que um debate mais neutro poderia prevenir futuros incidentes.

Fontes: [Die Welt](#), 31 de julho de 2016; [Der Tagesspiegel](#), 30 de julho de 2016; [Frankfurter Allgemeine Zeitung \(FAZ\)](#), 25 de julho de 2016; [Süddeutsche Zeitung](#), 29 de julho de 2016; [EU Observer](#), 25 de julho de 2016.

ITÁLIA / Jornalistas autorizados a entrar em centros de registo

Numa reunião decorrida a 14 de julho de 2016 entre o Ministério do Interior, a Federação Nacional de Imprensa italiana e a associação Carta di Roma foi tomada a decisão de que os centros de registos em Itália seriam abertos a delegações de jornalistas. A imprensa será autorizada a entrar nos centros de registo pelo menos uma vez por mês e com um pré-aviso de doze horas. A Itália tem de momento quatro centros de registo totalmente operacionais – Lampedusa, Pozzallo, Trapani e Taranto, aos quais advogados, jornalistas e representantes da sociedade civil não tinham acesso até então.

Fontes: [Stranieriinitalia](#), 18 de julho de 2016; [Vita](#), 19 de julho de 2016; [ONU Itália](#), 19 de julho 2016 ; [Carta di Roma press release](#), 18 de julho 2016

CUIDADOS DE SAÚDE

CHIPRE / Mulher migrante coloca nado-morto numa mala após temer procurar ajuda médica devido ao título de residência ter caducado

No seguimento de uma decisão do Tribunal Distrital de Nicósia tomada a 18 de julho de 2016, uma mulher de nacionalidade filipina foi mantida em prisão preventiva durante oito dias depois de alegadamente ter abandonando um nado-morto e instruído um amigo seu a enterrar os restos mortais da criança. A mulher em

causa terá dado entrada no hospital geral de Nicósia a 14 de julho com hemorragias e sinais de exaustão. Os profissionais de saúde apresentaram o caso às autoridades policiais no hospital onde a mulher estava a ser tratada, a qual acabou por ser acusada de ocultação do parto, participação em conspiração com outra pessoa de forma a proceder à ocultação do parto e ainda de permanência irregular no país. Relatórios indicam que a mulher não procurou ajuda médica durante a sua gravidez porque o seu visto tinha caducado. Ao abrigo da lei em vigor no Chipre, apenas Cipriotas, nacionais de um Estado-membro da União Europeia devidamente registados no país, assim como vítimas de tráfico têm direito a cuidados de saúde, com exceções muito limitadas. As organizações da sociedade social têm manifestado as suas reservas quanto ao quadro político restrito aplicado a migrantes e criticado os órgãos de comunicação social por exagerarem nas acusações prestadas neste caso.

Fontes: [In Cyprus](#), 20 de julho de 2016; [KISA Press release](#), 22 de julho de 2016; [KISA press release](#) 29 de julho de 2016

GRÉCIA / Agências de saúde apelam ao encerramento dos centros de acolhimento e alertam para riscos de saúde

No seguimento de inspeções realizadas a 16 centros no norte da Grécia, o Centro para a Prevenção e Controlo de Doenças (KEELPNO) apelou ao encerramento dos centros de acolhimento para migrantes existentes por todo o país. O KEELPNO concluiu que as conduções das instalações militares que alojam centenas de migrantes colocam vários riscos de saúde tanto para migrantes como para o público em geral. As inspeções verificaram que os centros em causa têm, especificamente, ventilação desadequada, falta de acesso a água potável e a acumulação de largas quantidades de lixo e resíduos nas instalações.

Fonte: [Ekathimerini](#), 26 de julho de 2016

NORUEGA / Estudo mostra que um quarto dos médicos generalistas na Noruega tem prestado cuidados de saúde a migrantes indocumentados e que a maioria continuaria a fazê-lo apesar das leis restritivas em vigor no país

De acordo com um estudo publicado a 21 de junho de 2016, cerca de um em cada quatro médicos generalistas na Noruega tem tratado um migrante indocumentado, apesar das leis nacionais restringirem severamente o direito a aceder a serviços. O estudo, baseado em 1131 respostas a um inquérito levado a cabo online pelos membros da Associação Norueguesa de Médicos Generalistas, revelou que estes profissionais têm, em todas as regiões do país, tido contacto com migrantes indocumentados. De acordo com as normas adotadas em 2012, os migrantes indocumentados na Noruega podem aceder a cuidados de urgência e a cuidados de saúde necessários que não possam ser adiados, assim como a assistência médica durante a gravidez, a crianças e a pessoas com sérios problemas de saúde mental. De momento, duas clínicas funcionam na Noruega (em Oslo e em Bergen) que prestam serviços de cuidado de saúde a migrantes indocumentados. O artigo encontra-se disponível em [inglês](#) e em [norueguês](#).

ESPAÑA / Tribunal Constitucional declara constitucionalidade de decreto que retira o direito a cuidados de saúde a migrantes indocumentados

A 21 de julho de 2016, o Tribunal Constitucional de Espanha proferiu o acórdão a respeito do caso que contesta a constitucionalidade do Decreto Real (Real Decreto-ley 16/2012, doravante RDL), promulgado pelo governo em 2012 e que restringe a elegibilidade de quem pode beneficiar de cuidados de saúde em Espanha. Os migrantes indocumentados encontravam-se entre as categorias dos que foram excluídos, a quem tinha sido previamente garantido o acesso a cuidados de saúde da mesma forma que cidadãos espanhóis podem beneficiar. Ao abrigo do decreto, a assistência médica gratuita a migrantes indocumentados é limitada a cuidados de saúde de emergência, assistência durante a gravidez e o parto e assistência a menores de idade. O parlamento da Região Autónoma de Navarra contestou a constitucionalidade do RDL. O Tribunal Constitucional de Espanha acabou por rejeitar todas as alegações e declarou que o RDL se encontra em conformidade com a Constituição. O Tribunal declarou também que não houve violação do direito à saúde porque este direito se encontra definido pela lei e não pela Constituição espanhola. As organizações da sociedade civil manifestaram-se contra esta decisão, a qual, segundo as mesmas organizações, não tem em consideração as obrigações da Espanha em matéria de direitos humanos. A decisão encontra-se disponível [aqui](#) (em Castelhanos).

EMPREGO E CONDIÇÃO DE TRABALHO JUSTAS

MARROCOS / Adoção de nova lei laboral relativa ao trabalho doméstico

A 26 de julho de 2016, membro do parlamento de Marrocos aprovaram alterações à lei laboral relativa a trabalho doméstico. As emendas incluem a proibição de empregar crianças menores de 18 anos de idade em trabalho do foro doméstico. Foi introduzido um número máximo de horas de trabalho, embora esse número permaneça superior ao verificado em outros setores. A nova lei não toma em consideração muitas das propostas sugeridas por organizações da sociedade civil, nomeadamente as provisões com vista a apoiar programas para crianças que trabalham de momento no setor. Afrique Culture Maroc (ACM), Collectif des Travailleurs Migrants au Maroc e outras organizações apelaram a uma revisão desta nova lei, recomendando, entre outros aspetos, que sejam tomadas em consideração as vulnerabilidades de trabalhadores domésticos migrantes e a criação de um programa de apoio para crianças envolvidas no setor.

Fontes: Afrique Culture Maroc [comunicado de imprensa](#), e [Le Monde Afrique](#), 9 de agosto 2016; [Morocco Gazette](#), 10 de setembro 2016, [Human Rights Watch](#), 1 de agosto 2016

REINO UNIDO / Cadeia de produção de hambúrgueres acusada de apoiar ataque a trabalhadores migrantes

A 4 de julho de 2016, 35 trabalhadores migrantes oriundos do Brasil, Nepal, Egito e Albânia foram detidos num ataque a diferentes restaurantes da cadeia *Byron Hamburguers*, em Londres. Um trabalhador considerado sénior, em funções num dos restaurantes da cadeia, alegou que os funcionários foram convocados para uma reunião de segurança e saúde no trabalho à qual oficiais de imigração terão chegado rapidamente e começado a entrevistar os presentes. A cadeia Byron foi largamente acusada nas redes sociais por organizar reuniões de equipa sob um falso pretexto e por ter publicado uma declaração afirmando que desconhecia que os funcionários estariam na posse de documentação falsificada até o Ministério do Interior ter trazido o assunto à sua atenção. A 29 de julho, ativistas de Movimento *Malcom X* e *London Balcan Revs* libertaram milhares de baratas e gafanhotos em dois dos restaurantes da cadeia como forma de protesto contra o tratamento dado a trabalhadores migrantes da empresa. Este episódio surge numa altura em que o número de ataques a imigrantes [tem aumentado](#) no Reino Unido, tendo-se verificado um crescimento de 80% no número de ataques decorridos em Londres entre 2010 e 2015.

Fontes: [The Guardian](#), 27 de julho 2016; [Migrant's Rights Network](#), 11 de julho de 2016; [The Guardian](#), 31 de julho de 2016

MULHERES INDOCUMENTADAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA / Decisão: mulheres migrantes que tenham sofrido violência doméstica podem perder o seu estatuto se os seus parceiros da UE saírem do seu país de residência

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) emitiu um acórdão a 30 de junho de 2016 sobre o caso [At C-115/15](#). O acórdão diz respeito à lei sobre a violência doméstica ao abrigo da "Diretiva da UE 2004/38/CE relativa ao direito dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias de circularem e residirem livremente no território dos Estados-membros" ([DIRETIVA SOBRE OS CIDADÃOS DA UE](#)), que dá direitos aos cidadãos extracomunitários de livre circulação na UE se tiverem um vínculo familiar com um cidadão da UE. Para proteger os cidadãos extracomunitários que escapam de um relacionamento abusivo, a Diretiva permite-lhes permanecer na União Europeia e mais tarde obter o estatuto de residência permanente se circunstâncias durante o casamento forem particularmente difíceis, tais como violência doméstica. Isto significa que um cônjuge pode ser protegido de perder o seu estatuto se o casamento ou a parceria registada for terminada devido a violência doméstica. O caso envolveu uma cidadã paquistanesa que se mudou para o Reino Unido com o seu marido alemão e posteriormente deixou-o devido a violência doméstica. O marido dela posteriormente deixou o Reino Unido. Sob os factos deste caso, o Tribunal considerou que a mulher poderia permanecer no Reino Unido enquanto mãe dos filhos com nacionalidade alemã nacional, mas não enquanto vítima de violência doméstica.

Fontes: [EU Law Analysis](#), 25 de julho de 2016; [Free Movement](#), 6 de julho de 2016

UE / União Europeia a designar 2017 como o ano da eliminação da violência contra as mulheres

A União Europeia tenciona designar 2017 como um ano de ações voltadas para eliminar a violência contra as mulheres. Atividades específicas vão ainda ser anunciadas. Neste contexto, a Comissão, através do seu Programa de Direitos, Igualdade e Cidadania de 2016 (REC), irá cofinanciar informações nacionais, ações de sensibilização e educação destinadas a prevenir e combater a violência contra as mulheres em linha com o objetivo específico de promover a igualdade entre homens e mulheres e promover a integração da igualdade de géneros. Em março de 2016, a Comissão Europeia apresentou uma proposta à União Europeia para aderir à Convenção de Istambul do Conselho da Europa, um tratado internacional abrangente em matéria de luta contra a violência contra as mulheres e violência doméstica.

Fontes: [Comissão Europeia](#), 7 de setembro de 2016

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

RELATÓRIO / "Populações desenraizadas: A crise crescente das crianças migrantes e refugiadas" (Uprooted: The growing crisis for refugee and migrant children)

A 7 de setembro de 2016 a UNICEF publicou o relatório "Populações desenraizadas: A crise crescente das crianças migrantes e refugiadas" (Uprooted: The growing crisis for refugee and migrant children). O relatório apresenta e discute os dados disponíveis sobre a realidade da migração e deslocamento infantil, destacando as necessidades e os direitos específicos das crianças migrantes e refugiadas. Os dados apresentados indicam que, pelo menos, 31 milhões de crianças migraram ou foram deslocadas à força através das fronteiras, incluindo 5.4 milhões na região da Europa. O relatório fornece seis recomendações para melhorar a situação: proteger crianças refugiadas e migrantes contra a exploração e violência; pôr fim à detenção de crianças migrantes e refugiadas; manter as famílias juntas e garantir o registo de nascimento e acesso à identidade jurídica; manter todas as crianças migrantes e refugiadas na escola e dar-lhes acesso ao cuidados de saúde e outros serviços de qualidade; pressionar para uma ação sobre as causas subjacentes do movimento em grande escala dos refugiados e migrantes, e promover medidas para combater a xenofobia, a discriminação e a marginalização de países de trânsito e de destino. O relatório afirma que são necessárias boas políticas, mas não são suficientes - são essenciais também capacidades administrativas e de vontade política para implementar as ditas políticas. Clique [aqui](#) para ler o relatório completo.

Fonte: [Comunicado de imprensa da UNICEF](#), 7 de setembro de 2016

EUA / Governo anuncia planos que permitem cidadãos centro-americanos mudar-se para os Estados Unidos como refugiados

O governo dos EUA anunciou a 26 de julho de 2016 a expansão de um programa que permitiria centro-americanos mudar-se para os Estados Unidos como refugiados. Os Estados Unidos da América tem enfrentado um aumento do número de migrantes provenientes de El Salvador, Guatemala e Honduras devido, em grande parte, à violência de gangues nesses países. O governo dos EUA chegou a um acordo de transferência de proteção (PTA) com a Costa Rica para servir como local de acolhimento temporário para os migrantes mais vulneráveis de El Salvador, Guatemala e Honduras, enquanto esperam que os seus pedidos sejam avaliados. A ONU irá ajudar a identificar os mais vulneráveis nos países de origem. A Costa Rica tem como objetivo acolher 200 indivíduos de cada país por períodos de seis meses, ao abrigo do novo acordo. Somente aqueles que foram selecionados nos seus países de origem serão elegíveis para viajar para a Costa Rica.

Fontes: [New York Times](#), 26 de julho de 2016; [The Guardian](#), 26 de julho de 2016

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

AUSTRÁLIA / Empresa de gestão de centros de detenção de imigração offshore da Austrália pode ser condenada por crimes contra a humanidade

A empresa espanhola Ferrovial foi avisada por professores da Faculdade de Direito de Stanford que os seus diretores e funcionários estão em risco de acusação, ao abrigo do direito internacional, pelo fornecimento de serviços aos campos da Austrália em Nauru e Ilha de Manus, na Papua Nova Guiné. Os centros de detenção offshore da Austrália têm atraído críticas generalizadas e consistentes desde que o país reintroduziu a sua

política de "processamento offshore" em 2012. Atualmente, as pessoas que chegam à Austrália de barco em busca de asilo sem um visto são enviadas para Nauru ou ilha de Manus, onde a maioria é mantida em detenção arbitrária, por tempo indeterminado. Atualmente, estão detidos na ilha de Manus 843 homens; no centro de detenção de Nauru estão 466 pessoas, incluindo 50 crianças. A maioria tem sido mantida nas ilhas durante quase três anos. O alerta em forma de um novo [relatório](#) foi lançado a 25 de julho pelo grupo de defesa No Business In Abuse (NBIA) e o Centro de Direito "Direitos Humanos de Melbourne", os quais pediram à Ferrovial para cessar imediatamente todas as operações nos dois campos, alegando que dezenas de bancos europeus e norte-americanos e os investidores são cúmplices do regime de detenção offshore da Austrália devido ao seu apoio financeiro à Ferrovial. A Ferrovial disse que não iria renovar o seu contrato com o governo australiano no próximo ano.

Fonte: [The Guardian](#), 25 de julho de 2016

GLOBAL / RELATÓRIO / Relatórios descrevem a detenção de imigração de crianças, impactos e normas aplicáveis

O Inter-Agency Working Group to End Child Immigration Detention (Grupo de Trabalho de Interagências para Acabar com a Detenção de Imigração de Crianças) publicou uma brochura descrevendo a detenção de imigração de crianças, os impactos nocivos que tem sobre as crianças, as normas legais aplicáveis e as alternativas. Esta brochura é acompanhada de um documento que sintetiza em mais pormenor os padrões normativos e recomendações sobre o fim da detenção de crianças e mostra o crescente consenso e reconhecimento da comunidade internacional de que a detenção de imigração de qualquer criança – quer acompanhada ou desacompanhada – constitui uma clara violação dos direitos da criança. O relatório está disponível [aqui](#). O outro documento está disponível [aqui](#).

GRECIA / Observatório dos Direitos Humanos denuncia detenção de crianças desacompanhadas em celas de polícia

O Observatório dos Direitos Humanos (ODH) relatou que as autoridades gregas detêm regularmente crianças migrantes desacompanhadas e em busca de asilo, em pequenas celas, lotadas e insalubres, em esquadras da polícia. As crianças são aí detidas durante semanas e meses à espera de espaço em abrigos. A detenção de crianças em celas de esquadra de polícia foi inicialmente prevista como uma medida de curto prazo, devido à falta de alojamento suficiente e adequado para as crianças. Entretanto, outras centenas de crianças migrantes foram detidas em grandes centros de detenção. As próprias crianças descrevem as celas como insalubres, superlotadas, incluindo cobertores sujos, vermes e falta de acesso a informações ou serviços tais como aconselhamento, assistência jurídica e interpretação. As crianças também divulgaram não estar autorizadas a deixar as suas pequenas celas.

Fonte: [Human Rights Watch](#) 19 de julho de 2016